

## CONTRAPROPOSTA PARA A REVISÃO REMUNERATÓRIA DO PESSOAL DE TERRA DA TAP

Considerando que:

Em virtude da aplicação das sucessivas LOE publicadas desde 2011, a TAP, como contrapartida dos cortes salariais, reteve aos trabalhadores as anuidades consignadas nos Acordos de Empresa;

Essa retenção, embora imposta por lei, ficou nos cofres da TAP tornando-se assim, efectivamente, um verdadeiro financiamento à Empresa feito pelos trabalhadores, sem qualquer encargo para esta;

O SITAVA considera que, durante o período de retenção (2011 a 2015), as sucessivas LOE apenas determinaram o não pagamento do valor das anuidades que se venceram no período e não a sua eliminação, e muito menos a alteração da cláusula do Acordo de Empresa que obriga ao seu pagamento;

Em 31/12/2015, finda que foi a aplicação da LOE que determinava a retenção das anuidades, deveriam estas ter sido repostas cumprindo assim o acordo de empresa, nomeadamente a cláusula do mesmo que determina que, a cada ano de antiguidade, corresponderá uma anuidade;

Ao propor em janeiro de 2016 um formato para a devolução dessas anuidades vencidas (uma por ano durante 5 anos), a TAP veio reconhecer inequivocamente esse direito, dando assim, e muito justamente, o primeiro passo para o cumprimento integral do Acordo de Empresa;

As tabelas salariais do pessoal de terra sofreram desde 2010, ano em que os trabalhadores tiveram a ultima actualização salarial, uma enorme perda de poder de compra (só inflacção acumulada cerca de 7%);

No quadro do que acabamos de expor, e tendo em mente o clima de grande insatisfação – até de revolta nalguns sectores – no seio do pessoal de terra por toda a Empresa, torna-se totalmente impossível aceitar para negociação as propostas formuladas pela TAP, recebidas por mail em 7/06/2016.

Assim, respondendo ao desafio suscitado pela TAP na reunião realizada em 9/06/2016, e demonstrando uma clara intenção de, rapidamente, chegar a um acordo que permita às partes concentrarem-se exclusivamente na operação de verão da Companhia, vem o SITAVA propor à TAP o seguinte:

1. Abdicando das posições anteriormente expressas, o SITAVA aceita a reposição das anuidades vencidas, conforme proposta da TAP, à razão de uma por ano, sendo a última atribuída em janeiro de 2020;
2. Que as poupanças daí resultantes, e devidas aos trabalhadores (140 unidades por trabalhador), sejam devolvidas à mesma cadênci, ou seja: 28 unidades por ano, vencendo a primeira em dezembro de 2016, e a última em dezembro de 2020;
3. Que seja liquidado o montante total das anuidades em falta, a todos os trabalhadores que passem à situação de reforma antes de dezembro de 2020;
4. Como forma de minimizar a brutal desvalorização do poder de compra dos salários no período decorrido desde 2010, a tabela salarial do pessoal de terra será actualizada em 3% com efeitos a 01 janeiro de 2016;
5. Como contributo para o clima de estabilidade indispensável à recuperação económica da TAP, o SITAVA aceitará ainda que, durante este período (até 31 de dezembro de 2020), as actualizações salariais do pessoal de terra sejam feitas apenas pelo valor da inflação verificada em dezembro do ano anterior, acrescidas de 0,5% a título de ganhos de produtividade.

Lisboa, 21/06/2016

A DIRECÇÃO